

PRODUTO 2

RELATÓRIO CONTENDO A LISTA COM IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, INCLUSIVE COLEGIADOS, RELACIONADOS COM A ATIVIDADE DE REGULAÇÃO

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior
14/07/2024

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

PRODUTO 2 - Relatório contendo a lista com identificação dos órgãos e entidades da administração pública federal, autárquica e fundacional, inclusive colegiados

Apoiar a Secretaria de Competitividade e Política Regulatória (SCPR)/MDIC e o BID/IADB na Identificação da relação de órgãos, ou das unidades administrativas, e das entidades, autarquias ou fundações autárquicas, que editem “atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, de consumidores ou de usuários de serviços prestados”.

Relatório contendo a lista com identificação dos órgãos e entidades da administração pública federal, autárquica e fundacional, inclusive colegiados, bem como as competências atribuídas a eles relacionadas com a atividade de regulação.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Objeto: Levantamento de órgãos e entidades federais que exercem a função reguladora para fins de implementação da Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias.

Demandante: Consultoria para apoio técnico à Secretaria de Competitividade e Política Regulatória (SCPR) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Contratante: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID/IADB).

Período de atividades: O projeto foi iniciado imediatamente após a celebração do contrato, em 03/05/2024, e executado entre 3 de maio e 23 de julho de 2024.

Metodologia:

Foi adotado o teste metodológico, via pilotos, para depois se aplicar a íntegra da estrutura do governo federal.

- Para os Ministérios pilotos foi adotada a seguinte metodologia:

Preliminarmente, foram analisados os resultados obtidos no “Censo de Reguladores Federais - 2022 _(out 2023).xlsx”, recebido da equipe da SCPR/MDIC.

Inicialmente, foram definidos, de comum acordo, os três órgãos pilotos: i) o Ministério da Saúde (MS); ii) o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); e iii) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Foi definido que a pesquisa de legislação incidiria nos decretos de estrutura regimental dos órgãos da Presidência da República e Ministérios, publicados a partir de 1º de janeiro de 2023, bem como, das entidades de direito público da administração indireta, autarquias e fundações de direito público, que poderiam ser anteriores.

O processo inicialmente adotado foi o de pesquisa na rede mundial de computadores no site de legislação da Presidência da República.

Na sequência, em cada decreto ou legislação foram pesquisados, inicialmente, até o 1º nível hierárquico abaixo da autoridade máxima (secretaria ou equivalentes na administração direta) os órgãos que “editem atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, de consumidores ou de usuários de serviços prestados”; e até o 2º nível hierárquico (Departamento ou equivalentes na administração direta) quando não localizada a competência pesquisada no 1º nível hierárquico.

No caso da administração indireta de direito público, autarquias e fundações, foi pesquisada em suas competências a previsão de que “editem atos normativos [...]”, não se analisando, de forma geral, as competências de cada unidade administrativa interna.

No caso de órgãos colegiados da administração direta, com base nas referências constantes no decreto de estrutura regimental do órgão, que, em regra, demandaram pesquisa em outros instrumentos normativos (leis e decretos de criação, instalação ou alteração), foi pesquisada em suas competências a previsão de que “editem atos normativos [...]”.

Para a identificação se o órgão ou entidade se enquadra no quesito de que “editem atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, de consumidores ou de usuários de serviços prestados”, inicialmente, foram pesquisadas palavras ou expressões: editar, edição, expedir, expedição, adotar, adoção, publicar, publicação, disciplinar, e outras palavras e expressões similares; assim como palavras ou expressões: atos normativos, normas, normas técnicas, regulamentos (não decretos presidenciais), regulamentos técnicos, portarias, resoluções, instruções normativas, regras, e outras palavras e expressões similares.

Foi utilizada, para conferência, a base de dados do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIOIG; e, também, como conferência final, o arquivo “Censo de Reguladores Federais - 2022 _(out 2023).xlsx”.

Na avaliação dos pilotos, foram interpretadas como objeto de pesquisa normas que alcançavam outros entes federativos e indiretamente os usuários ou beneficiários de serviços

públicos (p.ex. SUS); também foi definido que além do órgão ou entidade reguladores, seria pesquisado o “proponente”¹ de alguma regulação que se enquadrasse no objeto de pesquisa. Em paralelo à elaboração da pesquisa manual do piloto, foram realizados testes de busca com auxílio da Inteligência Artificial - IA (Gemini, Google) para verificar a possibilidade de aceleração da identificação de órgãos e entidades e coleta de informações.

- Para os demais órgãos, foi adotada a metodologia consolidada nos pilotos, mas com alguns ajustes, conforme explicitado a seguir:

Preliminarmente, foi identificado o universo de órgãos a serem pesquisados, para tanto foi acessada a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Os trabalhos foram realizados de forma concomitantes, alguns manualmente, conforme a metodologia final adotada nos pilotos, e outra com o auxílio de Inteligência Artificial - IA. Observação: No prazo disponível e ante a limitação de interpretação objetiva, não foi possível criar uma diretiva para instruir a IA para substituir todo o trabalho humano (interpretação subjetiva, quando necessário). O trabalho, portanto, foi feito em fases. E foi adotada a IA para auxiliar nas buscas e identificações.

Na sequência, foram efetuadas as avaliações se a norma (*lato sensu*) se referia a “interesse geral de agentes econômicos, de consumidores ou de usuários de serviços prestados”, ou se era de alcance interno ou meramente procedimental.

Nesta fase, foram excluídas todas as competências, como proponentes ou partícipes, dos órgãos setoriais e seccionais p.ex. Assessoria Especial de Controle Interno, Consultoria Jurídica, áreas de planejamento, orçamento, finanças, tecnologia da informação e administração em geral.

Foi utilizado, também, como conferência final, o arquivo “Censo de Reguladores Federais - 2022_(out 2023).xlsx”, comparando os resultados obtidos com o estudo anterior.

- Metodologia Complementar de forma a avaliar e incluir os “Conselho de Fiscalização Profissional” ou “Autarquias Profissionais” neste relatório.

- Ajuste na planilha, extra metodologia de identificação, de forma a avaliar e, no caso, incluir a “Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED”.

- Limitações metodológicas: Foram identificadas algumas limitações metodológicas, em especial, pela utilização dos decretos de estrutura regimental de órgãos ou autarquias e de estatutos de fundações, tais como: 1- Todos os Ministros de Estado são potencialmente reguladores, tendo em vista as atribuições gerais estabelecidas na Constituição Federal, Art. 87, Parágrafo único, incisos II e IV; 2- Outras legislações que prevejam a expedição de atos normativos objeto desta pesquisa, que não estejam previstas ou não constem nos decretos de estrutura regimental de órgãos ou autarquias e de estatutos de fundações; 3- Outras regulações que sejam realizadas conjuntamente, por mais de um órgão ou entidade, que não estejam previstas ou não constem nos decretos de estrutura regimental de órgãos ou autarquias e de estatutos de fundações.

Resultados Anteriores:

No estudo “Censo de Reguladores”, de 2022, publicado pelo extinto Ministério da Economia, haviam sido identificados 107 órgãos ou entidades, sendo que, destes, 67 haviam sido classificados como reguladores.

Entre os órgãos e entidades classificados como reguladores, com base na análise das competências regimentais ou estatutárias, obteve-se a seguinte avaliação:

- 43 foram ratificados como reguladores;
- 7 não foram recepcionados por não disporem competências de propor ou editar atos normativos;
- 8 foram reclassificados como proponentes, em vez de reguladores; e

¹ Para fins deste estudo, entende-se como “proponente” o órgão ou entidade que dentre as suas competências conste “propor” atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, de consumidores ou de usuários de serviços prestados, ou expressões similares.

- 9 não foram alcançados por este estudo, por não constarem dos decretos de estrutura regimental ou de estatutos.

Resultados Alcançados:

Ante os parâmetros do estudo, foram obtidos os seguintes resultados:

- 237 órgãos ou entidades reguladores ou proponentes localizados, sendo 30 “Conselhos de Fiscalização Profissional” ou “Autarquias Profissionais”. Além destes, foram identificados 5 autoridades, ou conjuntos de autoridades, com atribuições normativas genéricas, que não constam como competências das suas unidades².
- 132 órgãos ou entidades reguladores, 86 proponentes e 19 que são reguladores e proponentes simultaneamente, mas em matérias distintas.
- 168 são órgãos de primeiro nível hierárquico (p.ex. Secretarias), colegiados ou autarquias e 69 são unidades de segundo nível hierárquico.

Foram, incorporadas, 30 entidades como “Conselhos de Fiscalização Profissional” ou “Autarquias Profissionais”, sendo 1 denominado como “Ordem”.

Relação de órgãos e entidades reguladores ou proponentes, integrantes da Administração Pública Federal, direta e indireta, identificados:

Nº de Ordem	Ministério ou Órgão da PR que integra ou a que se vincula	Nome do Órgão/Entidade ou Unidade (Decreto sobre a estrutura regimental é a base de dados de referência)	Integrantes de Órgão/Entidade ou Unidade (órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, órgãos colegiados, entidades vinculadas)	Regulador (Sim / Proponente)
1	Presidência da República	Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Comitê-Executivo de Gestão	Sim
2		Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável	---	Proponente
3		Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	---	Proponente
4		Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	Conselho Nacional de Desestatização	Sim
5		Conselho de Governo	Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED,	Proponente
6	Advocacia-Geral da União	Secretaria de Atos Normativos	---	Proponente
7		Consultoria-Geral da União	Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos	Proponente
8		Procuradoria-Geral da União	---	Sim
9		Procuradoria-Geral Federal	---	Sim
		Advogado-Geral da União	---	Sim
10	Banco Central do Brasil	Diretoria Colegiada	---	Sim e Proponente
11	Casa Civil	Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves	---	Sim

² As 5 autoridades, ou conjunto de autoridades, foram identificadas na tabela, assim como planilha, tendo sido substituído o número de ordem por um sombreamento preto, sem entrar no somatório de órgãos ou entidades reguladores ou proponentes.

		Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil		
12		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	---	Proponente
13	Controladoria Geral da União	Secretaria-Executiva	---	Proponente
14		Secretaria Federal de Controle Interno	---	Proponente
15		Secretaria de Integridade Privada	---	Proponente
16		Secretaria de Integridade Pública	---	Sim e Proponente
17		Secretaria Nacional de Acesso à Informação	---	Sim e Proponente
18	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética	Departamento de Segurança da Informação	Proponente
19		Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética	Departamento de Segurança Cibernética	Proponente
20		Comitê Gestor da Segurança da Informação	---	Sim e Proponente
21	Ministério da Agricultura e Pecuária	Secretaria de Política Agrícola	---	Sim
22		Secretaria de Política Agrícola	Departamento de Política de Financiamento ao Setor Agropecuário	Proponente
23		Secretaria de Defesa Agropecuária	---	Sim
24		Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo	Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e Indicações Geográficas	Proponente
25		Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	---	Sim
26		Comissão Especial de Recursos	---	Proponente
27	Ministério das Cidades	Secretaria-Executiva	---	Proponente
28		Secretaria-Executiva	Departamento de Gestão Estratégica e Informações	Sim
29		Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana	Departamento de Infraestrutura da Mobilidade Urbana	Sim
30		Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental	Departamento de Saneamento Rural e de Pequenos Municípios	Sim
31		Secretaria Nacional de Habitação	---	Proponente
32		Secretaria Nacional de Periferias	---	Proponente
33		Secretaria Nacional de Periferias	Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco	Sim
34		Conselho das Cidades	---	Proponente
35	Ministério das Comunicações	Secretaria-Executiva	---	Proponente
36		Secretaria de Comunicação Social Eletrônica	---	Proponente
37		Secretaria de Telecomunicações	---	Sim e Proponente

38		Conselho Gestor do Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações)	---	Sim
39		Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	---	Sim
40		Agência Nacional de Telecomunicações	---	Sim
41	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia	---	Proponente
42		Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	---	Sim
43		Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal	---	Sim e Proponente
44		Conselho Nacional de Informática e Automação	---	Sim
45		Agência Espacial Brasileira	---	Sim
46		Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	---	Proponente
47	Ministério da Defesa	Secretaria de Orçamento e Organização Institucional	Departamento de Organização e Legislação	Proponente
48		Secretaria de Produtos de Defesa	---	Sim
49		Comando da Marinha	---	Sim
50		Comando da Aeronáutica	---	Sim
51	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia	Departamento de Financiamento, Proteção e Apoio à Inclusão Produtiva Familiar	Proponente
52		Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia	Departamento de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar	Proponente
53		Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental	---	Sim
54		Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar	Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Agricultura Familiar	Sim
55		Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Conselho Diretor	Sim
56	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	---	Sim
57	Ministério do Desenvolvimento,	Secretaria-Executiva	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior	Proponente

58	Indústria, Comércio e Serviços	Secretaria de Comércio Exterior	---	Sim
59		Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços	Departamento de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios	Proponente
60		Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços	Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Insumos e Materiais Intermediários	Proponente
61		Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes	Proponente
62		Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação	---	Sim
63		Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	---	Sim
64		Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas	---	Sim e Proponente
65		Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	---	Sim
66		Superintendência da Zona Franca de Manaus	Conselho de Administração	Sim
			Superintendência Adjunta de Projetos	Proponente
67	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	---	Sim
68		Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Gestão de Transferências	Sim
69		Secretaria Nacional de Assistência Social	Departamento de Benefícios Assistenciais	Proponente
70		Secretaria Nacional de Assistência Social	Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social	Proponente
71		Conselho Nacional de Assistência Social	---	Sim
72	Ministério da Educação	Ministro de Estado	---	Sim
73		Secretaria de Educação Básica	Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica	Proponente
74		Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	---	Proponente
75		Secretaria de Educação Superior	Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde	Sim
76		Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior	Diretoria de Regulação da Educação Superior	Sim
77		Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino	Diretoria de Articulação com os Sistemas de Ensino	Proponente
78		Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e	Diretoria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Educacionais	Sim

		Avaliação de Políticas Educacionais		
79		Conselho Nacional de Educação	---	Sim
80	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	Secretaria-Executiva	---	Proponente
81		Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual	Diretoria de Artesanato e do Microempreendedor Individual	Sim
82		Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	---	Sim
83		Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração	Sim e Proponente
84		Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios	---	Sim
85		Ministério do Esporte	Secretaria-Executiva	Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD
86	Secretaria-Executiva		Diretoria de Infraestrutura do Esporte	Sim
87	Secretaria-Executiva		Diretoria de Projetos	Proponente
88	Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT		---	Sim
89	Ministério da Fazenda	Secretaria-Executiva	---	Proponente
		Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	---	Sim
90		Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	---	Sim
91		Secretaria do Tesouro Nacional	---	Sim
92		Secretaria do Tesouro Nacional	Subsecretaria de Contabilidade Pública	Sim
93		Secretaria do Tesouro Nacional	Subsecretaria da Dívida Pública	Proponente
94		Secretaria de Reformas Econômicas	---	Proponente
95		Secretaria de Prêmios e Apostas	---	Sim
96		Conselho Monetário Nacional;	---	Sim
97		Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	---	Sim
98		Comitê Brasileiro de Nomenclatura	---	Sim e proponente
99		Comitê Gestor do Simples Nacional	---	Sim
100		Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS	---	Sim
101		Comissão de Valores Mobiliários - CVM	---	Sim

102		Superintendência de Seguros Privados - Susep	---	Sim	
103	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	---	Sim	
104		Secretaria-Executiva	---	Proponente	
105		Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado	---	Proponente	
106		Secretaria de Gestão e Inovação	---	Sim	
107		Secretaria de Governo Digital	---	Sim	
108		Secretaria de Governo Digital	Diretoria de Difusão da Transformação Digital	Sim	
109		Secretaria de Gestão de Pessoas	---	Sim	
110		Secretaria de Relações de Trabalho	---	Sim e Proponente	
111		Secretaria de Relações de Trabalho	Diretoria de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde	Sim	
112		Secretaria do Patrimônio da União	Diretoria de Gestão e Governança	Sim	
113		Arquivo Nacional	---	Sim	
114		Conselho Nacional de Arquivos	---	Proponente	
115		Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	---	Sim
116			Secretaria-Executiva	---	Proponente
117	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil		---	Sim	
118	Secretaria Nacional de Segurança Hídrica		---	Proponente	
119	Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros		---	Proponente	
120	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil		---	Proponente	
121	Secretaria-Executiva		---	Proponente	
122	Ministério da Cultura	Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural	Diretoria de Promoção da Diversidade Cultural	Proponente	
123		Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais	---	Proponente	
124		Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural	---	Proponente	
		Secretários	---	Proponente	
125		Agência Nacional do Cinema	---	Sim	
126		Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	---	Sim	
127		Instituto Brasileiro de Museus	---	Sim	
128	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública	Proponente	

129		Secretaria Nacional de Políticas Penais	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal	Sim e Proponente
130		Polícia Federal	Diretoria de Cooperação Internacional	Proponente
131		Polícia Federal	Diretoria Técnico-Científica	Proponente
		Polícia Federal	Corregedoria-Geral, Diretoria-Executiva, Diretoria de Polícia Administrativa, Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção, Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente, Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos, Diretoria de Cooperação Internacional, Diretoria de Inteligência Policial, Diretoria Técnico-Científica, Diretoria de Proteção à Pessoa	Proponente
132		Conselho Nacional de Imigração	---	Sim
133		Comitê Nacional para os Refugiados	---	Sim
134		Autoridade Nacional de Proteção de Dados	---	Sim
135	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais	---	Proponente
136		Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental	---	Proponente
137		Secretaria Nacional de Mudança do Clima	---	Proponente
138		Secretaria Nacional de Bioeconomia	---	Proponente
139		Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável	---	Proponente
140		Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial	---	Proponente
141		Serviço Florestal Brasileiro	---	Sim
142		Conselho Nacional do Meio Ambiente	---	Sim
143		Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	---	Sim
144		Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	---	Sim e Proponente

145		Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	---	Sim e Proponente
146		Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	---	Sim
147	Ministério das Minas e Energia	Conselho Nacional de Política Mineral	---	Proponente
148		Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética	---	Proponente
149		Agência Nacional de Mineração	---	Sim
150		Agência Nacional de Energia Elétrica	---	Sim
151		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	---	Sim
152		Autoridade Nacional de Segurança Nuclear	---	Sim
153		Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério da Pesca e Aquicultura	---
154	Secretaria Nacional de Aquicultura		---	Sim e Proponente
155	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal		---	Proponente
156	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal		Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento	Proponente
157	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva		---	Proponente
158	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva		Departamento da Indústria do Pescado	Proponente
159	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura		Departamento de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura	Proponente
160	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca		---	Proponente
	Ministério dos Povos Indígenas		Fundação Nacional do Índio	Presidente
161		Fundação Nacional do Índio	Diretoria de Proteção Territorial	Sim
162	Ministério de Portos e Aeroportos	Secretaria Nacional de Portos	Departamento de Gestão e Modernização Portuária	Proponente
163		Agência Nacional de Transportes Aquaviários	---	Sim
164		Agência Nacional de Aviação Civil	---	Sim
165	Ministério do Planejamento e Orçamento	Secretaria-Executiva	---	Proponente
166		Secretaria de Orçamento Federal	---	Sim e Proponente
167		Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos	Subsecretaria de Gestão, Formulação e Uso de Avaliação de Políticas Públicas	Proponente

168		Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos	Subsecretaria de Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos	Proponente	
169		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	---	Sim	
170		Comissão Nacional de Classificação - Concla	---	Sim	
171	Ministério da Previdência Social	Secretaria de Regime Geral de Previdência Social	---	Sim	
172		Secretaria de Regime Geral de Previdência Social	Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional	Sim e Proponente	
173		Secretaria de Regime Geral de Previdência Social	Departamento de Perícia Médica Federal	Sim	
174		Secretaria de Regime Próprio e Complementar	---	Proponente	
175		Secretaria de Regime Próprio e Complementar	Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social	Proponente	
176		Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social	---	Proponente	
177		Instituto Nacional do Seguro Social	Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão	Sim	
178		Superintendência Nacional de Previdência Complementar	---	Sim	
179		Ministério da Saúde	Secretaria-Executiva	Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa	Proponente
180			Secretaria de Atenção Primária à Saúde	Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária	Sim
181	Secretaria de Atenção Especializada à Saúde		---	Sim e Proponente	
182	Secretaria de Atenção Especializada à Saúde		Departamento de Regulação Assistencial e Controle	Sim e Proponente	
183	Secretaria de Atenção Especializada à Saúde		Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas	Proponente	
184	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde		---	Sim	
185	Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente		---	Sim	
186	Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente		Departamento do Programa Nacional de Imunizações	Sim	
187	Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente		Departamento de Doenças Transmissíveis	Sim	
188	Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente		Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância	Sim	

			de Doenças não Transmissíveis	
189		Secretaria de Saúde Indígena	Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena	Proponente
190		Secretaria de Informação e Saúde Digital	Departamento de Saúde Digital e Inovação	Proponente
191		Agência Nacional de Vigilância Sanitária	---	Sim
192		Agência Nacional de Saúde Suplementar	---	Sim
193		Ministério dos Transportes	---	Sim
194		Secretaria Nacional de Trânsito	Departamento de Segurança no Trânsito	Proponente
195		Secretaria Nacional de Trânsito	Departamento de Regulação, Fiscalização e Gestão	Proponente
196	Ministério dos Transportes	Conselho Nacional de Trânsito	---	Sim
197		Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	---	Sim
198		Agência Nacional de Transportes Terrestres	---	Sim
199		Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho	Sim
200		Secretaria de Inspeção do Trabalho	---	Proponente
201		Secretaria de Relações do Trabalho	---	Proponente
202	Ministério do Trabalho e Emprego	Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda	---	Proponente
203		Conselho Nacional do Trabalho	---	Proponente
204		Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	---	Sim
205	Ministério do Turismo	Conselho Nacional de Turismo	---	Proponente
206	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Gestão e Normas	Proponente
207		Secretaria de Publicidade e Patrocínios	---	Sim

Relação dos “Conselhos de Fiscalização Profissional” ou “Autarquias Profissionais” identificados:

Nº de Ordem	Ministério ou Órgão da PR que integra ou a que se vincula	Nome do Órgão/Entidade ou Unidade (Decreto sobre a estrutura regimental é a base de dados de referência)	Integrantes de Órgão/Entidade ou Unidade (órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, órgãos colegiados, entidades vinculadas)	Regulador (Sim / Proponente)
208	“Conselhos de Fiscalização Profissional” ou	Conselho Federal de Administração (CFA)	---	Sim
209		Ordem dos Advogados do Brasil Nacional (OAB) ³	---	Sim

³ Entidade declarada como “*entidade sui generis*”, conforme definido no Acórdão do (STF), na ADI: 3.026-4/DF.

210	“Autarquias Profissionais”	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)	---	Sim
211		Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)	---	Sim
212		Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)	---	Sim
213		Conselho Federal de Biologia (CFBIO)	---	Sim
214		Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)	---	Sim
215		Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	---	Sim
216		Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI)	---	Sim
217		Conselho Federal de Economia (COFECON)	---	Sim
218		Conselho Federal de Economistas Domésticos (CFED)	---	Sim
219		Conselho Federal de Educação Física (CONFEF)	---	Sim
220		Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)	---	Sim
221		Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	---	Sim
222		Conselho Federal de Estatística (CONFE)	---	Sim
223		Conselho Federal de Farmácia (CFF)	---	Sim
224		Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO)	---	Sim
225		Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa)	---	Sim
226		Conselho Federal de Medicina (CFM)	---	Sim
227		Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)	---	Sim
228		Conselho Federal de Museologia (COFEM)	---	Sim
229		Conselho Federal de Nutrição (CFN)	---	Sim
230		Conselho Federal de Odontologia (CFO)	---	Sim
231		Conselho Federal de Psicologia do Brasil (CFP)	---	Sim
232		Conselho Federal de Química (CFQ)	---	Sim
233		Conselho Federal de Relações Públicas (CONFERP)	---	Sim
234	Conselho Federal dos Representantes Comerciais Autônomos (CONFERE)	---	Sim	

235		Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER)	---	Sim
236		Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFA)	---	Sim
237		Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	---	Sim